



Orçamento do TJ-SP é cortado em 53% e Alckmin promete suplementar verba

Normal

0

21

false

false

false

PT-BR

X-NONE

X-NONE

MicrosoftInternetExplorer4

/* Style Definitions */

table.MsoNormalTable

{ mso-style-name:"Tabela normal";

mso-tstyle-rowband-size:0;

mso-tstyle-colband-size:0;

mso-style-noshow:yes;

mso-style-priority:99;

mso-style-qformat:yes;

mso-style-parent:"";

mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt;

mso-para-margin:0cm;

mso-para-margin-bottom:.0001pt;

mso-pagination:widow-orphan;

font-size:11.0pt;

font-family:"Calibri","sans-serif";

mso-ascii-font-family:Calibri;

mso-ascii-theme-font:minor-latin;

mso-fareast-font-family:"Times New Roman";

mso-fareast-theme-font:minor-fareast;

mso-hansi-font-family:Calibri;

mso-hansi-theme-font:minor-latin;

mso-bidi-font-family:"Times New Roman";

mso-bidi-theme-font:minor-bidi; }

O governo paulista aprovou, no final da noite de terça-feira (21/12), a proposta de orçamento para 2011,



encaminhada à Assembléia Legislativa. A oposição retardou a aprovação, mas no final o placar a favor do governo foi de 59 a 17. O texto aprovado reduziu em 53% a proposta encaminhada pelo Judiciário. O corte teve o aval do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Viana Santos, em troca do compromisso assumido pelo governador eleito Geraldo Alckmin de suplementar a verba da Justiça de acordo com o aumento da arrecadação do Estado.

O pacto foi selado numa reunião ocorrida, num prédio da rua Boa Vista, no coração financeiro da capital paulista. No local, funciona o QG da equipe de transição. Participaram do encontro Geraldo Alckmin, Sidney Beraldo, Viana Santos e mais três desembargadores do Tribunal de Justiça. Na tarde da terça-feira, o mesmo Viana Santos foi pessoalmente ao Colégio de Líderes da Assembléia Legislativa para anunciar que abria mão de todas as emendas do Judiciário ao Orçamento de 2011.

O Executivo reduziu para R\$ 5,6 bilhões a proposta de R\$ 12,3 bilhões feita pelo Tribunal de Justiça – uma diminuição de 54%. Apesar do corte, o presidente do maior Tribunal de Justiça do país disse ao Legislativo que estava satisfeito com a promessa feita pelo futuro governador. Alckmin firmou compromisso de irrigar os cofres do Judiciário com verba suplementar.

No final da noite, foi aprovado o parecer do relator da Comissão de Finanças e Orçamento, deputado Bruno Covas. O texto modificou o projeto de lei original do Executivo, cortando as mais de 11 mil emendas apresentadas pelos deputados. O número de emendas destinadas ao Judiciário era de 67. A maioria delas remanejava recursos para pagamento de salários do funcionalismo daquele Poder, expansão de novas varas, custeio e modernização.

A previsão orçamentária para o ano de 2011, estimada em R\$ 140,6 bilhões, e encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado pelo Executivo como o Projeto de Lei 711/2010, foi aprovada sem grandes dificuldades pela maioria governista. As bancadas do PT, do PSOL, além do deputado Olimpio Gomes votaram contra a proposta e a favor das emendas apresentadas pela oposição e que foram rejeitadas pelo Plenário.

A bancada do PT votou contrariamente ao projeto, apresentando voto em separado que justificava sua posição em relação à peça orçamentária. Os petistas argumentaram que a proposta do Executivo subestimou o valor a ser arrecadado em 2011, fazendo uma previsão abaixo das expectativas reais de arrecadação.

De acordo com o PT, a maneira de elaboração da peça orçamentária possibilita ao Executivo um remanejamento de recursos da ordem de R\$ 5,2 bilhões, suficientes para suplementar o Judiciário, alocar mais recursos para as universidades públicas do Estado (USP, Unesp e Unicamp), o Centro Paula Souza, a Defensoria e o Ministério Público. Além disso, também permitiria reajustes nos salários dos servidores das áreas de segurança pública, educação e saúde.

A estratégia usada pelo PT e o PSOL foi a de obstruir a discussão e votação da matéria, usando os recursos regimentais para isso. O método permitiu que a discussão se estendesse, sem impedir, no entanto, que a base governista garantisse o quórum necessário para a aprovação do PL 711/10.

Regras



O Projeto de Lei 711/2010, que trata do Orçamento do Estado de São Paulo para 2011, recebeu 11.119 emendas durante as 15 sessões em que esteve em pauta. As emendas depois foram analisadas pela Comissão de Finanças e Orçamento que, em seguida, apresentou relatório para ser votado pelo Plenário.

A Saúde foi a área que recebeu o maior número de emendas: 1.119. Em seguida, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, recebeu 584 emendas. Educação teve 371 emendas, e Transportes, 328. Segurança Pública teve 300 emendas.

Date Created

23/12/2010